




# Empreendimentos Solidários:

Uma abordagem  
fenomenológica na  
**associação comunitária  
dos quilombos** da Barra  
da Aroeira, Santa Teresa  
do Tocantins (TO).

*Solidary Enterprises: a phenomenological  
approach in Community Association of  
Barra da Aroeira's Quilombos, Santa Teresa  
do Tocantins (TO).*



Empreendimentos Solidários: Uma abordagem fenomenológica na associação comunitária dos quilombos da Barra da Aroeira, Santa Teresa do Tocantins (TO).  
*Solidary Enterprises: a phenomenological approach in Community Association of Barra da Aroeira's Quilombos, Santa Teresa do Tocantins (TO).*

Rogério Ferreira Teixeira<sup>1</sup>  
Lucas Barbosa e Souza<sup>2</sup>

## Resumo

Esta pesquisa se propôs a investigar as práticas da economia solidária na Associação Comunitária dos Quilombos da Barra da Aroeira, localizada na Comunidade Quilombola de mesmo nome, no município de Santa Teresa do Tocantins (TO), Brasil. Para tanto, foi utilizada a fenomenologia por meio de procedimentos para adequação de um método filosófico a uma pesquisa empírica, na perspectiva orientada por Edmund Husserl, seu principal idealizador. Buscou-se, então, desvelar a subjetividade dos discursos dos sujeitos abordados por meio da identificação de sua essência. O objetivo do presente artigo foi analisar a repercussão das práticas associativas nas vivências comunitárias, segundo seus próprios membros. Adicionalmente, pretendeu-se apreender as possíveis contribuições quanto às práticas de gestão associativa, tais como: princípios, crenças e ações efetivas capazes de servirem como referência para outros empreendimentos solidários. Finalmente, buscou-se avaliar as estratégias e ações empregadas com potencial para promover o desenvolvimento local replicáveis em outros contextos, sobretudo no estado do Tocantins.

**Palavras-chave:** Subjetividade, Desenvolvimento Local, Economia Solidária.

## Abstract

This research aimed to investigate the practices of solidary economy in the Community Association of Barra da Aroeira's Quilombos located in the Community with the same name in Santa Teresa do Tocantins (TO), Brazil. To this end, we used the phenomenology through procedures for adequacy of a philosophical method to an empirical research with a view guided by Edmund Husserl, its main proponent. We tried to then reveal the subjectivity of the speeches of the subjects addressed by identifying the essence of them. The aim of this study was to analyze the impact of associative practices in community life according to their own members. Additionally, we sought to understand the possible contributions to the management practices in associations, such as principles, beliefs and effective actions can serve as reference for other solidary enterprises. Finally, we sought to assess the strategies and actions employed with the potential to promote local development replicable in other contexts, especially in the state of Tocantins.

**Keywords:** Subjectivity, Local Development, Solidary Economy.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Ciências do Ambiente pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Gestor do Centro de Tecnologias Sustentáveis da Comunidade Morada da Paz/RS. E-mail: rogeriodamorada@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Doutor em Geografia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: lbsgeo@uft.edu.br.

Este artigo teve como foco investigar, a partir de uma abordagem fenomenológica, as práticas da economia solidária na Associação Comunitária dos Quilombos da Barra da Aroeira (daqui por diante denominada apenas de Associação), localizada no município de Santa Tereza do Tocantins, estado do Tocantins, Brasil.

A Associação foi fundada legalmente em 2004 com o objetivo de fortalecer a representatividade coletiva da Comunidade Barra da Aroeira (daqui por diante denominada apenas Comunidade), onde está inserida, e facilitar o seu acesso a recursos públicos e benefícios sociais. As reuniões ordinárias da Associação são mensais, nas quais são discutidas as atividades em que está envolvida e os assuntos que necessitam de encaminhamentos.

A Comunidade<sup>3</sup> se localiza a 96 quilômetros do centro de Palmas, capital do estado, e a 12 quilômetros da área urbana do Município de Santa Tereza do Tocantins. É constituída por descendentes de escravos, sendo remanescente quilombola<sup>4</sup> e devidamente reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, possuindo, além da Associação, uma escola municipal de ensino fundamental, um posto de saúde, um centro cultural e uma igreja em sua área.

Schmitt, Carvalho e Turatti (2002), ao pesquisarem comunidades remanescentes de quilombos em São Paulo, propuseram uma ampliação desse conceito no sentido dele abranger não apenas como elemento determinante o fato dessas comunidades serem constituídas a partir de fugas dos escravos, mas para que incluam a relação que essas populações estabelecem com o território e a identidade que constroem a partir daí.

A Comunidade é constituída por descendentes de escravos, sendo remanescente quilombola, possuindo, além da Associação, uma escola municipal de ensino fundamental, um posto de saúde, um centro cultural e uma igreja em sua área.

Atualmente, 86 famílias residem na Comunidade, totalizando 500 pessoas<sup>5</sup>, sendo que dessas famílias, 73 são associadas. A Comunidade mantém-se basicamente com a produção agrícola (que tem uma parte processada, como a mandioca, usada na produção da farinha, e a cana-de-açúcar, que serve de matéria-prima para a rapadura, por exemplo), criação de animais, venda de produtos artesanais, e com recursos de algumas pessoas que trabalham fora de sua área. Um aspecto que limita a produtividade agrícola é o fato de a Comunidade ainda não possuir o título de propriedade da terra, o que impede acesso a financiamentos agrícolas.

A economia solidária como campo teórico surge a partir do final do século XX, na década de 70, tendo suas análises voltadas às áreas da gestão social, processos autogestionários, redes solidárias, empreendimentos solidários, representando uma mudança na forma de pensar a economia enquanto ciência.

<sup>3</sup> A Barra da Aroeira é uma Comunidade originada a partir do recebimento de terras pelo seu patriarca, chamado Félix José Rodrigues, do governo brasileiro no século XIX, em troca da sua participação na Guerra do Paraguai (1865 - 1870), de acordo com Zacarioti et al (2009). Praticamente todas as pessoas, segundo a autora, descendem da família desse patriarca.

<sup>4</sup> O artigo 68 das disposições constitucionais transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil reconhece a propriedade definitiva da terra às comunidades remanescentes de quilombos, cabendo ao Estado a emissão dos respectivos títulos a cada uma (BRASIL, Constituição 1988).

<sup>5</sup> Dados fornecidos pela Associação em visita realizada no dia 25 set. 2010.

Razeto (1993, p. 40) conceitua economia solidária como:

Uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas.

Pinto (2006) salienta que a pesquisa de aspectos culturais na economia solidária com a finalidade de demonstrar como os sujeitos percebem e valoram suas relações interpessoais e sua própria pessoa é frequentemente evitada.

O método fenomenológico – desenvolvido por Edmund Husserl, na Alemanha, no final do século XIX e início do século XX (o qual será mais bem explicitado ao tratarmos da metodologia do artigo) – foi aqui empregado buscando contribuir com a ciência econômica no fortalecimento das investigações sobre suas bases socioambientais que valorizem mais os sujeitos e seus aspectos culturais. Isso poderá, a partir daí, demonstrar novas possibilidades e ampliar as suas fronteiras de pesquisa a partir da interdisciplinaridade, pois a fenomenologia valoriza a subjetividade, constituindo-se em uma metodologia de pesquisa qualitativa.

Este artigo representou, nesse sentido, uma tentativa de fazer avançar o conhecimento científico nessas áreas ao abordar um empreendimento

A economia solidária como campo teórico surge a partir do final do século XX, na década de 70, representando uma mudança na forma de pensar a economia enquanto ciência.

Os chamados socialistas utópicos, inspiraram e apoiaram as ações dos trabalhadores que buscaram na autogestão uma maneira de conciliar o trabalho com uma vida mais digna.

solidário, nesse caso a Associação. Pretendeu-se, a partir deste artigo, contribuir para esclarecer como acontecem e são percebidos pelos membros da Associação os processos econômicos que desenvolvem e as relações que, a partir dele, estabelecem com a Comunidade onde estão inseridos e com a sociedade.

Especificamente, este trabalho buscou pesquisar os sujeitos envolvidos com a Associação, tentando compreender as suas percepções sobre os processos autogestionários desenvolvidos, as relações que estabelecem com a sociedade quanto à comercialização da produção agropecuária e artesanal e a influência que recebem das políticas públicas.

Além disso, procurou-se analisar as contribuições das práticas da economia solidária passíveis de serem replicadas em outros contextos, bem como detalhes a serem levados em consideração na elaboração de projetos que atendessem às necessidades específicas de empreendimentos solidários nos eixos a que se dispunha a pesquisa.

## 2 O Nascimento da Economia Solidária

Segundo Singer (2002), a economia solidária tem suas origens na Europa, por volta da metade do século XIX, quando os trabalhadores buscaram pela cooperação adquirir bens para sua subsistência e também produzir para ofertá-los ao mercado.

As primeiras cooperativas foram fundadas na Inglaterra e na França. Os princípios cooperativistas expressos pelos pioneiros de Rochdale (Inglaterra) consistem em: associação voluntária e aberta, controle democrático pelo cooperado, participação econômica do associado, autonomia e independência, educação, formação e informações, cooperação entre cooperativas e interesse pela comunidade.

Os chamados socialistas utópicos, como Robert Owen e Charles Fourier, inspiraram e apoiaram as ações dos trabalhadores que buscaram na autogestão uma maneira de conciliar o trabalho com uma vida mais digna, haja vista a sua exploração pelos capitalistas industriais, que além de os remunerarem precariamente exigiam longas jornadas laborais (SINGER, 2002).

Singer (2002) afirma que após um início promissor, o movimento cooperativista/associativista perdeu um pouco do seu fôlego no início do século XX. Algumas cooperativas e associações distanciaram-se de seus princípios iniciais, assumindo perfis próximos a empresas mercantis, outras sucumbiram pela desarticulação dos seus membros, e ainda houve as que faliram pela concorrência que encontraram no mercado.

A respeito dessa questão, Singer (2007) observa que a economia solidária esteve dormente na longa hegemonia do keynesianismo. As cooperativas não deixaram de crescer e de se multiplicar, mas sufocadas pela competição, foram se equiparando ao modo de produção e gestão do sistema capitalista predominante.

De acordo com Pinto (2006), o movimento cooperativista/associativista recupera sua força e experimenta um novo ciclo de expansão a partir dos anos 1970. Nesse cenário, eclodia a “crise do assalariamento”, a qual, segundo sustenta o autor, foi provocada pela flexibilização produtiva que permitia às empresas deslocarem seus processos de produção, buscando vantagens locais e mão de obra mais barata. Isso contribuiu para a redução dos direitos sociais dos trabalhadores, os quais, pelas práticas associativas, passaram a buscar opções de garantir trabalho e renda.

Conforme Melo (2006), no contexto da globalização econômica, a doutrina neoliberal, pregando a mínima intervenção estatal na economia, ganha força especialmente no final do século XX. A instabilidade dos mercados financeiros acentua-se a partir daí, e as crises sistêmicas do capitalismo ganham, então, um enorme poder de repercussão, gerando concentração de renda, desemprego e degradação ambiental, entre outras consequências sociais.

Pinto (2006, p. 22), a este respeito, contribui:

Com as novas exigências para remunerar o capital, assiste-se a um novo círculo, agora vicioso, em que se combinam a retração da base contributiva do estado, o crescimento da demanda por proteção social e a diminuição de direitos. Os estados nacionais tendem a ceder em favor das empresas não apenas em razão das novas exigências do mercado, mas também pelo que a presença delas ancora uma estabilidade monetária frente aos riscos oferecidos pelos fluxos financeiros.

A busca de alternativas sustentáveis para enfrentar esse cenário tornou-se uma necessidade vital para a sociedade. Os movimentos sociais passam, então, a se organizar com mais intensidade para prover às populações serviços em áreas, tais como: saúde, educação, cultura e meio ambiente, principalmente nos países subdesenvolvidos, nas lacunas deixadas pela ausência ou insuficiência estatal.

Uma nova corrente de pensadores surge no Brasil, com Singer, Gaiger, França Filho, teorizando e pesquisando sobre os empreendimentos solidários, assim como no exterior, onde se destaca o trabalho de Laville, na França. Esses pensadores, entre outros, expuseram sobre as linhas de pensamento em economia solidária. Cançado e Cançado (2009), ao analisarem os seus principais teóricos, apontam algumas diferenças conceituais entre eles. No Brasil, França Filho acredita que a economia solidária mais ligada à economia popular, enquanto Laville, na França, a percebe como relacionada às tradições da economia social. Singer, no Brasil, considera a economia solidária relacionada a um modo de produção alternativo. Já Arruda entende a economia solidária como um outro modo de vida, diverso da competição capitalista. Gaiger

O conceito de economia solidária é relativamente recente no Brasil, e nessa área atuam cooperativas e associações (formais e informais) denominadas empreendimentos solidários.

e Coraggio relacionam a economia solidária como uma organização associativa capaz de proporcionar aos trabalhadores uma saída frente ao neoliberalismo e à exclusão econômica que o mesmo impõe (CANÇADO; CANÇADO, 2009).

França Filho (2007), adicionalmente, traz contribuições muito significativas para a conceituação da economia solidária, esclarecendo o público que não tem familiaridade com a área. O autor chama atenção para as questões relativas à sustentabilidade e viabilidade dos empreendimentos da economia popular e solidária, sendo necessária uma compreensão que extrapole a lógica do mercado, baseada no lucro e na competição. Por outro lado, a participação e o engajamento coletivo nos projetos desenvolvidos devem ser considerados e valorizados.

A noção de riqueza na economia solidária difere da economia mercantil, pois a primeira valoriza os benefícios sociais gerados pelo trabalho coletivo em patamares mais elevados do que a segunda (PINTO, 2006).

O conceito de economia solidária é relativamente recente no Brasil, e nessa área atuam cooperativas e associações (formais e informais) denominadas empreendimentos solidários (ES), redes e fóruns de economia solidária, feiras de trocas solidárias, comércio justo e solidário, além de entidades de apoio a fomento (EAF), como as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCP's) ligadas às universidades. A Associação se caracteriza tipicamente como um ES.

França Filho (2007, p. 172) afirma que:

Em resumo, as práticas de economia popular e solidária no Brasil ganharam em complexidade nos últimos anos, afirmando-se como um campo de atores que inventam alternativas econômicas e políticas inovadoras para a resolução dos problemas cotidianos enfrentados em seus respectivos territórios, decorrentes dos processos de exclusão social. De iniciativas originais no plano socioeconômico, em que também se afirma uma dimensão política forte - seja através da democratização das relações de produção em direção a processos autogestionários, seja pela afirmação de um novo espaço público de proximidade, naquelas experiências em que se vivencia outro modo de instituir a economia nos territórios, através de processos de construção conjunta da oferta e da demanda.

No campo da economia solidária, muitos empreendimentos desenvolvem soluções para enfrentar seus desafios, reciclando e reutilizando materiais, desenvolvendo novas estratégias de gestão e criando redes de apoio e sustentação para executar seus projetos. Isso fortalece a unidade desses empreendimentos a partir da construção do sentido de pertencimento dos sujeitos envolvidos.

As discussões e estratégias que surgem para enfrentamento dos desafios dos ES, mesmo que inicialmente não resultem em consenso, são sementes que, mais tarde, podem germinar, transformando-se em alimento para que a coletividade se beneficie.

Sobre os ES, França Filho (2007, p. 163-164) define-os da seguinte maneira:

Trata-se das formas, por excelência, de auto-organização sócio-econômica. Neste âmbito pode-se alinhar diferentes experiências ou categorias, o que permite distinguir variadas práticas de economia solidária. Por exemplo, as finanças solidárias envolvem experiências de bancos populares, cooperativas de crédito e, mais recentemente os bancos comunitários. Existem, também, as iniciativas que participam de uma categoria mais conhecida como comércio justo, além do chamado cooperativismo popular, expressão talvez majoritária no campo dos empreendimentos solidários. Devem-se incluir, ainda, iniciativas como os clubes de troca, que são formas muito específicas de práticas de economia solidária, constituindo uma categoria que poderíamos definir como uma "economia sem dinheiro". Em seguida, devem-se salientar as associações de moradores que constituem redes de práticas econômicas solidárias.

A diversidade dos ES surpreende, pois, como visto, há ramificações em praticamente todos os segmentos econômicos, sobretudo os mais importantes, o que mostra a relevância crescente desse segmento no mundo inteiro.

Os ES emergem com intensidade no seio da sociedade civil em diferentes países promovendo ações em áreas como: educação, saúde, meio ambiente e direitos humanos, sendo reconhecidos pela sua capacidade de geração de trabalho e pelo impacto social das atividades que desempenham localmente, expressando a mobilização dos cidadãos para transformarem a realidade em que vivem. Caracterizam-se por serem, além de espaços de produção (de bens, serviços, empregos), espaços de socialização, de reflexão e ação política (ANDION, 2005).

No Brasil, a partir do início do governo Lula, em 2003, houve a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), dirigida desde então pelo Prof. Paul Singer, fomentando e articulando ações nesta área. A SENAES, de acordo com o Atlas da Economia Solidária no Brasil (2006, p. 11), conceitua a Economia Solidária como “o conjunto de atividades econômicas (de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito) organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária”, destacando suas quatro características importantes: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade.

Cançado e Cançado (2009) consideram a autogestão, isto é, a autonomia do trabalhador enquanto gestor do seu empreendimento como um traço essencial dos ES, embora não seja o único. O contrário da autogestão é a heterogestão, modelo hegemônico na sociedade capitalista, em que a autonomia do trabalhador desaparece, decorrência de uma hierarquia burocrático-funcional institucionalizada nas organizações. Os autores salientam, contudo que o processo de construção da autogestão em ES enfrenta sérios desafios, apesar das possibilidades que oferece, porque as práticas heterogestionárias estão muito presentes na forma de pensar e de agir de muitos grupos de trabalhadores.

A economia solidária tem procurado o fortalecimento e a união de seus atores por meio de redes. Esse tipo de organização reduz a dependência do sistema hegemônico a partir da troca e do compartilhamento de produtos, saberes e serviços.

Nesse sentido, Mance (2008, p. 1) complementa:

As Redes de Colaboração Solidária são fundamentadas em um sistema de produção onde não pode haver exploração nem dominação dos trabalhadores, com equilíbrio nos processos, com uso de insumos produzidos de forma ecologicamente correta, e com partilha dos excedentes, havendo reinvestimento e formação de novas redes. A idéia é remontar cadeias produtivas, fazendo com que saíamos do labirinto capitalista, criando outra economia.

Constata-se que o campo da economia solidária experimentou neste início do século XXI um crescimento extraordinário no Brasil e no mundo, no qual os atores sociais, a partir de um processo de autogestão democrática, buscam com criatividade formas de inserção social, política e econômica e de conservação ambiental, construindo alternativas sustentáveis frente à ordem hegemônica capitalista vigente.

Complementando sobre a economia solidária, Pinto (2006, p. 16) refere que:

Não se trata, portanto, apenas de se alcançar trabalho e renda, por meio de saídas cooperativas. Assiste-se também como possibilidade a emergência, a partir de relações mediadas pelo trabalho associado, de novos significados compartilhados, novas solidariedades, que requalificam os sentidos do trabalho, da produção, do consumo e das trocas. A realização desses vínculos implica, também, na produção de novas identidades pessoais, modos distintos de autopercepção (grifo nosso).

Outra lógica econômica pode surgir a partir desse processo de autopercepção dos sujeitos e de suas relações de trabalho. Sobre essa questão, Eisler (2008, p. 40) concorda com o autor referido anteriormente afirmando ainda que:

Nós podemos ir além de práticas econômicas ineficazes, injustas e ambientalmente destrutivas, mas para fazer isso temos que examinar os fatores sociais que configu-

ram a economia, e que são por sua vez moldados por ela. Em outras palavras, não podemos compreender e muito menos aprimorar, sistemas econômicos sem analisar também o seu contexto mais amplo: a dinâmica psicológica e social das relações em todas as esferas da vida.

Os ES privilegiam o desenvolvimento segundo a perspectiva local, promovendo a geração e a circulação de renda, serviços e saberes junto aos atores que estão envolvidos diretamente em seu contexto de atuação socioproductiva, fomentando, dessa forma, a sustentabilidade econômica e ambiental de suas atividades.

O desenvolvimento local tem sido muito pensado e discutido no meio acadêmico e possui muitos defensores, como Fernández Durán (2001, p.25), que expõe sua perspectiva sobre esta temática a seguir:

Todas as experiências de transformações alternativas da sociedade a margem do mercado e da lógica patriarcal dominante, tem um grande valor como sementes e pontos de referência do que pode chegar a ser uma transformação em maior escala. A reconstrução das estruturas comunitárias, das novas áreas da comunidade, deve ser produzida principalmente a partir do local. O local, que foi submetido e desarticulado pelo capitalismo global, é necessário em grande medida restaurá-lo novamente (tradução própria).

Segundo Tenório (2007), o desenvolvimento local é uma abordagem que procura reforçar a potencialidade do território mediante ações endógenas, articuladas pelos seus diferentes atores (sociedade civil, poder público e o mercado). De acordo com o autor, o desenvolvimento local pressupõe a reciprocidade, a cooperação e a solidariedade em benefício do bem-estar socioeconômico, político, cultural e ambiental do local, podendo assumir três vertentes: econômica, guiada por parâmetros de mercado; social, orientada pela cooperação; e solidariedade ou híbrido, em que há orientação econômica e cooperativa estimulando o fomento de capital social.

Para Baquero (2007), o capital social nasce de interações cotidianas, não de legislações. Promove a participação coletiva e o engajamento das pessoas em projetos de desenvolvimento comunitário e sustentável. Gera empoderamento dos

atores sociais, o que, por sua vez, possibilita o bem-estar e a qualidade de vida.

Conforme Vasconcelos (2007), a economia solidária desenvolve princípios e valores em seus movimentos, como a reciprocidade e a confiança que acabam contribuindo na construção do capital social.

O capital social é um fator estratégico para a manutenção de um ES, pois ao mesmo tempo em que fortalece os vínculos de confiança, reciprocidade e respeito entre seus membros, surgem condições necessárias para que ações e projetos desenvolvam-se com grandes possibilidades de êxito pelo fortalecimento da sua unidade de propósito. Pequenas ações solidárias dentro de um ES podem ser responsáveis pela construção de um grande capital social capaz de permitir o enfrentamento de crises (VASCONCELOS, 2007).

Assim, de acordo com os autores citados anteriormente, percebe-se que a essência dos ES encontra-se pulsante na força coletiva dos processos que desencadeiam, na integração dos sujeitos em torno da unidade de princípios e na crença em um propósito (projeto) comum capaz de garantir aos sujeitos que o impulsionam condições para uma vida digna e ética.

Os ES podem apresentar características diferentes, no sentido de cada um atender com mais rigor uma ou outra condição que o torne distinto de um empreendimento mercantil. A própria Associação, quanto a esse aspecto, apresenta algumas práticas para as quais há uma maior atenção e que a identificam como ES, por exemplo, a preocupação com a viabilização dos benefícios sociais aos seus associados; enquanto outras ainda se encontram em um processo de amadurecimento, como é o caso da autogestão.



### 3 O Método Fenomenológico e os Procedimentos da Pesquisa

Moreira (2004) explica que a palavra fenomenologia deriva do grego, em que *phainomenon* significa aquilo que se mostra a partir de si mesmo e *logos* significa ciência ou estudo. Portanto, a fenomenologia é a ciência ou o estudo do fenômeno, do que se manifesta ou se revela por si mesmo.

Giorgi (2008) comenta que Husserl exerceu influência sobre vários pensadores, entre eles: Heidegger, Scheler, Sartre e Merleau-Ponty, dentre outros. Todavia, eles se distanciaram tanto de Husserl, quanto uns dos outros, adotando diferentes modos de interpretar a fenomenologia.

Chauí (2005) sustenta que Husserl desenvolveu um método a fim de compreender o significado dos fenômenos, qual seja a redução fenomenológica. Com essa operação, a existência efetiva do mundo exterior é colocada entre parênteses, para que a investigação se ocupe apenas com as operações realizadas pela consciência dos sujeitos, sem que se pergunte se as coisas visadas por ela realmente existem ou não.

A redução fenomenológica, conforme criada por Husserl, é composta de dois momentos. No primeiro, a redução eidética, procura as essências ou significados dos fenômenos para os sujeitos investigados. No segundo momento, a redução é transcendental, porque visa à essência da própria consciência desses sujeitos enquanto produtora das essências ideais. Nesse sentido, coloca-se de lado a existência factual dos fenômenos, evidenciando a sua manifestação para os sujeitos.

Coltro (2000) considera que o isolamento do fenômeno permite o questionamento dos pressupostos tidos como naturais, óbvios, da intencionalidade do sujeito frente à sua realidade. Assim, podemos sempre constatar inúmeros sentidos e significados que os sujeitos expressem para quaisquer fenômenos que façam parte de suas vivências.

Bello (2004, p. 90), profunda conhecedora da obra de Husserl, assim explica a análise fenomenológica:

A análise fenomenológica do perceber supera o plano da percepção e atua no nível de uma outra vivência que é a reflexão. Trata-se da vivência da reflexão, diversa da percepção e importantíssima para o ser humano. Podemos dizer também que refletir significa ter consciência: nesse caso, a consciência corresponde a um primeiro saber algo, não a uma reflexão sobre algo.

Ainda segundo Bello (2004), o esforço da fenomenologia é o de procurar entender qual é a origem mais profunda de um fenômeno cultural, ou seja, ver como as vivências são organizadas e como se manifestam. Portanto, trata-se de um trabalho analítico. A autora destaca que, para Husserl, a fenomenologia é uma arqueologia, na qual é feito o mesmo trabalho do arqueólogo, que escavando dentro da subjetividade humana, sem saber o que irá encontrar, vai colocando em evidência o significado desses fenômenos. Esses fenômenos são os da subjetividade que, depois, servem para sair da subjetividade, para compreender.

O método fenomenológico permite conhecermos os sentimentos, os pensamentos e as vivências do indivíduo dentro da sua realidade, quanto às suas lembranças ou relacionadas ao seu próprio imaginário, descortinando os significados que ele lhes outorga.

Ferraz (2004) considera que a fenomenologia não tem a pretensão de restringir o horizonte da racionalidade, mas expandi-lo até a sua raiz sensível. Para o autor, o mundo da vida husserliano (*lebenswelt*) é o local onde os fenômenos reúnem-se em sistemas de relações. Isso significa que as interconexões entre eles estão sempre presentes, o que lhes confere diferentes significados, conforme os diferentes contextos em que são apreendidos. Na pesquisa ora realizada, o mundo da vida dos sujeitos abordados é a Comunidade onde esses indivíduos praticam suas atividades produtivas, desempenham suas práticas associativas, relacionam-se com o meio ambiente e vivem com suas famílias.

Zilles (2007) enfatiza que o método fenomenológico tem como especificidade utilizar-se de conceitos típicos da Psicologia (tais como os conceitos de vivência, de percepção e de intersubjetividade), para alcançar uma ideação independente da experiência.

Boava e Macedo (2008, p. 9) complementam as referências dos autores anteriormente citados (Ferraz, 2004; Zilles, 2007) tecendo a seguinte consideração sobre o método fenomenológico:

O método fenomenológico busca captar as essências do que o homem vivenciou. Mas esse homem vive em grupo, em uma sociedade. Ele é mutável, efêmero, perturbado por motivações obscuras. Ele é influenciado pela mídia, por sua família, sensível aos valores.

Na fenomenologia o conceito de intencionalidade desempenha um papel central que Husserl buscou na Psicologia descritiva de Franz Brentano. A intencionalidade é construída a partir da relação da psique com o objeto, porém isso não acontece simplesmente a partir do encontro de um corpo com outro. O caráter intencional da consciência em última instância acaba definindo o status dos atos psíquicos dos sujeitos pesquisados (BELLO, 2004).

Husserl (2005) enfatiza que a percepção é um ato que determina a significação sem que, no entanto a contenha. Em suas palavras, o autor explica que (2005, p. 40):

Uma intenção dirigida a um objeto, uma vez concebida a partir de uma intenção conveniente, pode ser repetida e recriada em consonância, sem a mediação de uma percepção ou de uma afiguração que de alguma maneira lhe seja adequada.

Conforme sugerido por Giorgi (2008), para uma pesquisa ser considerada fenomenológica, é necessário que se atente para a descrição minuciosa das vivências dos sujeitos, e não às suas opiniões sobre algo; e que realize, ao menos, um tipo de redução (eidética ou transcendental) e construa estruturas próprias à área do saber, a partir de variações livres ou imaginárias para dar significação ao que foi descrito.

A título de complementaridade, Carvalho e Vergara (2002) destacam que na fenomenologia não há formulação de hipóteses, mas há indução

criativa partindo dos fatos que a teoria possa auxiliar na construção científica, complementando o método fenomenológico.

Esta pesquisa é composta por diferentes momentos (coleta de descrições livres sobre os temas da pesquisa, realização de entrevistas e de observações em campo), sendo que aqui, especificamente, serão apresentados os resultados do primeiro momento, no qual o método fenomenológico pôde ser empregado de modo mais fiel, em decorrência da natureza dos dados obtidos (descrições).

As descrições sobre a Associação atenderam à estratégia de ouvir os sujeitos, focada neste artigo, a qual priorizou as descrições das duas principais lideranças da Comunidade. Os outros sujeitos foram escolhidos aleatoriamente, tendo-se a preocupação em respeitar o equilíbrio no número entre homens e mulheres. O total de descrições coletadas foi 17, sendo que destas, nove foram de mulheres e oito de homens.

As respostas de cada sujeito foram transcritas na íntegra, imediatamente após a coleta dos dados realizada na Comunidade, para que a riqueza de detalhes observada (tais como as expressões, os gestos e as sensações) fosse preservada e mais fielmente documentada, conforme sugerido por Venâncio e Pessoa (2009).

A redução fenomenológica das descrições teve a preocupação de adequar a linguagem transcrita inicialmente para uma linguagem própria à área do saber que serviu como base teórica da pesquisa (a economia solidária), para posterior identificação da essência do discurso de cada sujeito, conforme sugerido por Giorgi (2008). Todas as falas foram reduzidas e tiveram suas essências identificadas. No entanto, para fins analíticos, optou-se por apresentar somente alguns exemplos mais representativos. Foi destacada a lógica da ação coletiva a partir da análise conjunta das reduções fenomenológicas e das respectivas essências.

Não foram abordados outros sujeitos nesta etapa, porque as respostas começaram a se tornar repetitivas, indicando a saturação empírica, fenômeno observado em pesquisas qualitativas, em que não há o acréscimo substancial de novas informações e conhecimentos, conforme Pires (2009).

## 4 Resultados

No intuito de se chegar aos objetivos propostos e respeitando os procedimentos do método fenomenológico, conforme preconizado por Husserl, foi formulada uma única questão geral a ser respondida pelos associados, solicitando que descrevessem a Associação. Essa questão possibilitou a descrição das vivências dos sujeitos quanto aos aspectos associativos.

Observaram-se, a partir das respostas e do procedimento de redução fenomenológica, as seguintes essências: promoção de desenvolvimento local; preocupação com a política na condução da Associação; representação da Comunidade em relações externas; crítica a respeito da gestão atual; avaliação positiva das reuniões da Associação; preocupação com a continuidade da Associação; participação dos moradores e Associação como fator para melhoria da autoestima da Comunidade.

O Quadro 1, a seguir, apresenta a síntese das essências identificadas a partir das descrições dos sujeitos e da sua redução fenomenológica, as respectivas lógicas da ação coletiva e as suas frequências, obtidas por meio da questão formulada.

**QUADRO 1 - Essências identificadas nas descrições referentes à Associação**

Essências Captadas	Descrições	Lógica da ação coletiva	Frequência
Promoção de desenvolvimento local	Complementa os bens não produzidos na Comunidade via cestas básicas - D6, D7, D8, D13, D15.	Empoderamento da Comunidade para alavancar projetos através de um "braço institucional" (Associação) é favorecido.	15
	Conquista de benefícios sociais para a Comunidade - D4, D11, D14, D16.		
	Representa o fortalecimento do grupo considerando as demandas coletivas - D9, D10, D17.		
	Integração da Comunidade - D5.		
	Referência geral quanto ao desenvolvimento local promovido pela Associação D12.		
	Oferta de oportunidades aos membros da Comunidade - D10.		
Preocupação com a política na condução da Associação	D1	A participação da Comunidade é fundamental na definição dos rumos da Associação.	1
Representação da Comunidade em relações externas	D2	A Comunidade se sente melhor representada perante a sociedade com a presença da Associação.	1
Crítica a respeito da gestão atual	D3	A gestão da Associação necessita melhor estruturação com foco em resultados.	1
Reuniões da Associação são positivas	D3	A Associação é um local de reflexão da Comunidade sobre suas possibilidades e desafios.	1
Preocupação com a continuidade da Associação e participação dos moradores	D11	As conquistas precisam ser mantidas e ampliadas com o engajamento de novos associados.	1
Associação como fator para melhoria da autoestima da Comunidade	D16	Potencializa sentido de orgulho e pertencimento à Comunidade.	1

FONTE: Os autores

Na percepção dos sujeitos, a Associação proporcionou à Comunidade um engajamento nas ações e projetos no âmbito local/regional. Há um círculo virtuoso desencadeado pela Associação dentro da perspectiva da economia solidária, gerando desenvolvimento local que se traduz na conquista de benefícios sociais para a Comunidade (D4, D11, D14, D16), na sua integração (D5), na complementação de bens não produzidos via cestas básicas (D6, D7, D8, D13, D15), no fortalecimento do grupo considerando as demandas coletivas (D9, D10, D17), e na oferta de oportunidades aos seus membros (D10).

Segundo o ponto de vista da Economia Solidária, tais resultados apontam novas possibilidades econômicas, sociais e políticas que se descortinaram para a Comunidade por meio da Associação, corroborando com o pensamento de Pinto (2006) e Vasconcelos (2007) sobre a potencialidade dos ES como polos geradores de transformações e significados para a vida daqueles que têm envolvimento com suas atividades. Na lógica da ação coletiva, analisada pelo conjunto das reduções fenomenológicas anteriormente citadas, os sujeitos percebem o empoderamento da Comunidade para alavancar projetos a partir de um “braço institucional”, no caso, a Associação.

Algumas descrições selecionadas a seguir ilustram as percepções dos sujeitos sobre a essência de desenvolvimento local que a Associação vem possibilitando à Comunidade, a qual foi a mais representativa do conjunto.

Achei que melhorou muito a Comunidade depois que criou a Associação. A Associação foi um avanço que tivemos, ficamos mais conhecidos, começamos a ser atendidos por vários órgãos, há cursos, participações nas feiras (de artesanato). A Associação criou muitas oportunidades para a Comunidade. (M. F. R., 42 anos, sexo feminino).

Realizando a redução fenomenológica, percebemos que o sujeito descreve a Associação como um fator de desenvolvimento local, porque, a partir dela, a Comunidade tem acesso a oportunidades anteriormente inexistentes, como as cestas básicas do Instituto Nacional

de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a participação em feiras de artesanato, cursos, e assistência de vários órgãos do governo.

Os sujeitos pesquisados percebem a representatividade externa que a Associação possibilitou à Comunidade, sobretudo quanto ao acesso de benefícios sociais que antes não estavam disponíveis como: as cestas básicas e o salário-maternidade, bem como a participação em feiras de economia solidária em outros estados da federação, em determinados períodos do ano, para a venda de artesanato produzido com capim dourado. Além disso, a organização da Comunidade, pela Associação, garante melhores condições em negociação de demandas coletivas, como a comercialização da produção agrícola, segundo a sua percepção.

A descrição a seguir ilustra alguns aspectos anteriormente comentados:

Desenvolvimento. Desenvolveu muita coisa. Tem assim a cesta do INCRA que vem pela associação, tem outra cestinha também. As mulheres são artesãs do capim dourado, participam de feiras fora. Quase todo o mês vão para feiras fora. A minha tia foi para Salvador e sai direto. Através da Associação o governo ajuda com passagens, hotéis, tudo. (M. R., 16 anos, sexo feminino).

A redução fenomenológica dessa descrição do sujeito mostra a Associação percebida como um fator que contribui para o desenvolvimento local, que viabiliza a participação em eventos (feiras de artesanato) e o recebimento de benefícios sociais por meio do poder público, de acordo com sua percepção.

Pela Associação, a Comunidade passou a compor o colegiado do Programa Territórios da Cidadania<sup>6</sup> na região do Jalapão (TO) e se credenciou a receber recursos, como os do Projeto Casa Digital, efetivado em 2011, possibilitando cursos de informática e acesso à internet na Comunidade. Além

<sup>6</sup> Lançado em 2008 pelo governo federal, o Programa Territórios da Cidadania tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável (Programa Territórios da Cidadania, 2009).

disso, pode agora pleitear junto ao poder público o recebimento de máquinas como a polpadeira de frutas, para processar a produção agrícola.

Complementando sobre a Associação, a descrição a seguir traduz, em grande medida, o sentimento que os associados passaram a nutrir por ela enquanto instituição representativa da Comunidade.

A Associação, pro meu ponto de vista, tem sido um braço direito da Comunidade. Através da Associação outra hora, muitas mulheres não tinham conseguido receber o salário-maternidade. E também sobre os nossos direitos. A Associação tem sido a fonte de vida. O que eu tenho a dizer sobre a Associação é isso mesmo. O que a gente luta é para que ela nunca se acabe, ela não se enfraqueça, fique mais forte. Tem bastante gente participando, não só os associados, mas as outras pessoas que são da Comunidade. (I. R., 52 anos, sexo feminino).

Realizando a redução fenomenológica, percebemos que o sujeito se refere à Associação com muito entusiasmo, enfatizando que ela é fundamental para o desenvolvimento da Comunidade. A partir dela, a Comunidade tem acessado muitos benefícios sociais, como o salário-maternidade para as mulheres que dão à luz. Antes isso não era possível. O sujeito fala sobre os direitos dos membros da Comunidade, demonstrando que a Associação ajuda com esse esclarecimento. Evidencia no seu discurso a preocupação com a continuidade da Associação para que as conquistas obtidas sejam mantidas e ampliadas.

Além dessas essências identificadas nas descrições, outras surgiram, tais como: a Associação vista como a representação da Comunidade em relações externas (D2); a preocupação quanto à política da Associação referente ao seu processo sucessório (D1) e à sua continuidade (D11); além da Associação como fator para melhoria da autoestima da Comunidade (D16). Há uma descrição de um sujeito (D3) que ao mesmo tempo em que aponta um fator positivo da Associação, que são as reuniões, tece uma crítica a ela quanto a sua gestão atual. Isso demonstra outros tipos de preocupações dos sujeitos, que embora menos recorrentes, não deixam de ser importantes. Essas preocupações traduzem percepções que demonstram diferentes intencionalidades dos sujeitos

em relação à Associação. Seja na condição de ente representativo da Comunidade em ambientes e situações externos, seja na condição de entidade cujo funcionamento e organização perpassa por aspectos políticos locais, ou seja, na condição de ente capaz de reforçar os laços afetivos e de pertencimento entre moradores e Comunidade.

Sendo assim, essas dimensões não devem ser desprezadas enquanto foco de percepção dos moradores e associados, uma vez que a Associação pode adquirir papéis para os quais não foi originalmente pensada, mas que se configuraram decorrentes de sua atuação no cotidiano e de suas repercussões no plano subjetivo dos sujeitos. Nesse caso, o ES poderá contribuir para o propósito de se constituir em um espaço de socialização, reflexão, ação política e aproximação da Comunidade, conforme vislumbrado por Andion (2005) e França Filho (2007).

A estratégia de ouvir os sujeitos quanto aos aspectos subjetivos suscitados pela Associação buscou coletar as suas descrições sobre a experiência associativa para que as essências de suas percepções pudessem ser reveladas. Esse tipo de abordagem mostrou-se apropriado para o entendimento das vivências desses sujeitos, uma vez que seus aspectos perceptivos poderão suscitar diferentes formas de valoração e condutas em relação à Associação e, em última instância, à própria Comunidade. Logo, pode-se reconhecer a importância do método fenomenológico como caminho seguro para a investigação da subjetividade. Por meio da adoção de uma atitude fenomenológica, almeja-se o retorno ao mundo vivido (anterior às explicações científicas), tomando-se como ponto de partida o olhar de seus próprios protagonistas.

## Considerações Finais

A autogestão é um dos princípios da economia solidária, e, nesse aspecto, a percepção dos sujeitos é de que ainda precisa evoluir. Tal fato é compreensível, pois a Associação ainda é uma instituição recente na Comunidade e requer uma melhor estruturação organizacional para alavancar suas ações. Entretanto, isso não remove os seus méritos nas conquistas sociais que possibilitou, as quais são significativas. É fundamental que a Associação fortaleça seu processo de autogestão, a fim de se consolidar como instituição política na Comunidade e ser um fórum permanente de discussão de seus desafios e possibilidades. Isso contribuirá para o aumento do poder de reivindicação da Comunidade perante as instituições públicas e o acesso a fontes de fomento para a aquisição de máquinas e equipamentos para a produção agrícola, como é desejado pelos associados, tão logo a Comunidade garanta o título de propriedade da terra.

A Associação tem a tarefa de garantir que o desenvolvimento local que está possibilitando não perca de vista a premissa da sustentabilidade. O capital social acumulado pela Comunidade após a fundação da Associação pode ser um elemento estratégico para viabilizar essa meta, pois a Comunidade encontra-se mais unida em prol de seus objetivos comuns desde então.

A continuidade das ações da Associação articulando ações em redes solidárias com parceiros (universidade, prefeitura, organizações não governamentais, governo do estado) contribuirá gradativamente para a melhoria das condições de vida na Comunidade.

O artigo revela a importância de uma instituição (Associação) conectada com os anseios da Comunidade na geração do desenvolvimento local sustentável. Esta é uma premissa defendida pela economia solidária que não deve ser menosprezada na construção de projetos voltados a atender demandas em contextos semelhantes.

A partir das essências possibilitadas pela análise fenomenológica, verificou-se a possibilidade de aprofundamento da pesquisa, mas cujos resultados serão apresentados em um próximo artigo.

O trabalho desenvolvido pela Associação, desde a sua fundação em 2004, comprova a força dos ES na promoção do desenvolvimento local em suas múltiplas interfaces. Isso pode inspirar a criação de instituições com propósitos idênticos, a fim de viabilizar melhorias coletivas e oferecer condições para uma vida digna, ética e sustentável às populações de comunidades rurais com características semelhantes no Tocantins.

- Recebido em: 22/08/2011
- Aprovado em: 12/09/2011

## Referências

- ANDION, C. A Gestão no Campo da Economia Solidária: particularidades e desafios. **RAC**, v. 9, n. 1, jan./mar. 2005, p.79 – 101.
- ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.
- BAQUERO, M. A Fragmentação Social na América Latina: formas alternativas para sair da crise. In: BAQUERO, M. A. (org.) **Capital Social, Desenvolvimento Sustentável e Democracia na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p.15 – 55.
- BELLO, A. A. **Fenomenologia e Ciências Humanas: psicologia, história e religião**. Bauru: EDUSC, 2004.
- BOAVA, D. L. T.; MACEDO, F. M. F. Análise do papel da INTUEL no desenvolvimento da ação empreendedora de empresários incubados. In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: EGEPE, 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.
- CANÇADO, A. C.; CANÇADO, A. C. M. G. A Construção da Autogestão em Empreendimentos da Economia Solidária. **Revista Eletrônica de Gestão**, v. 2, n. 2, mai/ago 2009, p.56-72. Disponível em <<http://www.ufpi.br/reges>> Acesso em: 15 mar. 2011.
- CANGUSSU, E. T. **A resiliência nos empreendedores egressos do Banco do Brasil: um estudo fenomenológico**. 2008. 114 p. Dissertação (Mestrado em Administração), Faculdade de Administração. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.
- CARVALHO, J. L. F.; VERGARA, S. C. A Fenomenologia e a pesquisa dos espaços de serviços. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 42, n. 3, jul./set. 2002, p. 78-91.
- CHAUÍ, M. S. Vida e Obra. In: HUSSERL, E. **Investigações Lógicas: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento**. São Paulo: Nova Cultural, 2005, p. 05-13.
- COLTRO, A. A Fenomenologia: um enfoque teórico para além da modernidade. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 11, jan./mar. 2000, p.37-45.
- EISLER, R. **A Verdadeira Riqueza das Nações: criando uma economia solidária**. São Paulo: Cultrix, 2008.
- FERNÁNDEZ DURÁN, R. La necesidad de alternativas al capitalismo global. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n. 1, jan./mar. 2001, p. 18-31.
- FERRAZ, M. V. S. Lições do mundo-da-vida: o último Husserl e a crítica ao objetivismo. **Revista Scientiae Studia**, São Paulo, v. 2, n. 3, 2004, p.355-72.
- FRANÇA FILHO, G. C. Teoria e Prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, jan./jun. 2007, p.155-174.
- GIORGI, A. Sobre o Método Fenomenológico Utilizado Como Modo de Pesquisa Qualitativa nas Ciências Humanas: teoria, prática e evolução. In: POUPART, J. et al (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, p.386-409.
- HUSSERL, E. **Investigações Lógicas: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento**. São Paulo: Nova Cultural, 2005.
- MANCE, E. A. **Redes Solidárias são contraponto ao sistema globalizado**. Disponível em: <<http://www.agirazul.com.br/fsm4/fsm00000080.htm>> Acesso em: 01 abr. 2008.

- MELO, M. M. **Capitalismo Versus Sustentabilidade**. O desafio de uma nova ética ambiental. Florianópolis: UFSC, 2006.
- MOREIRA, D. Pesquisa em Administração: origens, usos e variantes do método fenomenológico. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 1, n. 1, 2004, p. 5-19.
- PINTO, J. R. L. **Economia Solidária**: de volta à arte da associação. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- PIRES, A. P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, J. et al (org.) **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 154-211.
- PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA. **O Programa**. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>> Acesso em: 13 set. 2009.
- RAZETO, L. Economia de Solidariedade e Organização Popular. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Org.) **Educação Comunitária e Economia Popular**. São Paulo: Cortez, 1993, p. 34-58.
- SCHMITT, A.; CARVALHO, M. C. P.; TURATTI, M. C. M. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Revista Ambiente e Sociedade**, São Paulo, ano V, n. 10, jan./jul. 2002, p.1-10.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- \_\_\_\_\_. Economia Solidária e Socialismo. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (org.) **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas: Alínea, 2007, p.261-288.
- TENÓRIO, F. G. Desenvolvimento Local. In: TENÓRIO, F. G. (org) **Cidadania e Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: Unijuí, 2007, p.71-101.
- VASCONCELOS, T. A. C. A Economia Solidária na Construção Social do Desenvolvimento Territorial. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (org.) **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas: Alínea, 2007, p.261-288.
- VENÂNCIO, M.; PESSÔA, V. L. S. O Diário de campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In: RAMIRES, J. C. L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis Editora, 2009, p.317-336.
- ZACARIOTTI, M. E.; SIQUEIRA, S. R.; CASTRO, G. G. A Recepção dos processos comunicacionais no Quilombo Barra da Aroeira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: INTERCOM, 2009. 1 CD ROM.
- ZILLES, U. Fenomenologia e Teoria do Conhecimento em Husserl. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v.8, n.2, jul./dez. 2007, p.216-221.